

Compromisso das Organizações da Sociedade Civil pela **Educação Integral em Tempo Integral**

Por um Brasil que garanta tempo, equidade e sentido à aprendizagem

Nós, organizações da sociedade civil comprometidas com a educação brasileira, afirmamos nossa convicção de que a Educação Integral em Tempo Integral é determinante para responder, com urgência e responsabilidade, às necessidades dos estudantes. Queremos que cada criança, adolescente e jovem se forme como um sujeito de direitos, um cidadão participativo, com ética e responsabilidade, e preparado para o mundo do trabalho. Essa é uma dimensão essencial para o desenvolvimento social, cultural e econômico do país.

Não se trata apenas de ampliar a jornada escolar, mas de dar mais sentido ao aprender e ao papel da escola. É preciso que o espaço escolar se integre ao território, com seus saberes e culturas, e que os profissionais da educação tenham apoio e condições para uma dedicação qualificada e plena. Assim, cada hora de vivência educativa é uma oportunidade de construir repertório, reconhecer e trocar saberes, fortalecer vínculos de pertencimento e projetar um futuro com mais equidade.



1. A urgência do tempo: cada hora importa

Estudos internacionais e nacionais confirmam que o tempo de aprendizagem é um recurso distribuído de maneira desigual. Pesquisas como as de Radinger & Boeskens (2021) e Ceballos (2022) demonstram que o tempo na escola influencia diretamente o desempenho e o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, especialmente entre os mais vulneráveis.

O estudo *Cada hora importa* (2019) revelou que, no Brasil, crianças de famílias de alta renda acumulam até 7 mil horas a mais de experiências de aprendizagem ao final do Ensino Fundamental, considerando leitura, atividades artísticas, culturais, esportes e viagens. Essa diferença explicita uma desigualdade silenciosa e profunda, que a escola plenamente integral pode e deve combater.

O país precisa de uma ruptura intencional com modelos precários e fragmentados, ainda marcados pela predominância de uma jornada escolar de insuficientes quatro horas diárias. No Brasil, por exemplo, temos experiências pioneiras de Educação Integral, assim como iniciativas mais recentes, que podem servir de inspiração.

Ampliar a jornada no Brasil, diversificando a natureza das atividades de forma integrada, é, antes de tudo, corrigir um déficit histórico de oportunidades para crianças, adolescentes e jovens. É colocar o país em uma rota de inclusão, combate às desigualdades e incremento da produtividade.

2. Educação Integral: uma concepção de desenvolvimento pleno

A ampliação do tempo de aprendizagem do estudante na escola, por si só, é uma condição necessária mas não suficiente para a efetivação plena da Educação Integral, que deve ser embasada em uma concepção pedagógica que articule as diferentes dimensões do ser humano, como a cognitiva, a social, a ética, a emocional, a física e a cultural.

A ampliação da carga horária permite a implementação de um currículo com mais experiências significativas de aprendizagem, seja no aprofundamento dos campos de experiências e dos componentes curriculares já previstos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - como no caso do ensino da matemática ou da arte -, seja na inclusão de componentes mais transversais e multidisciplinares, como projeto de vida, disciplinas eletivas, atividades de convivência e, no caso da Educação Infantil, na garantia de maiores oportunidades para o brincar e para experimentações. Esse currículo ganha ainda mais sentido quando é implementado em um ambiente que estimula a participação dos estudantes nas aulas e em outras atividades, como grêmios, clubes e conselhos de classe. Além de valorizar os saberes do território, das famílias e da cidade, conectando o que se aprende dentro e fora da escola com os desafios e aspirações de vida, cidadania e trabalho. No Brasil, a BNCC aponta para essa construção de currículos intencionais e integrados, norteados pelo princípio da Educação Integral.

3. Desafios e caminhos para a implementação com qualidade

Reconhecemos que a implementação da Educação Integral requer políticas públicas que, por sua vez, exigem compromisso político e visão de longo prazo, somados a parâmetros de qualidade, planejamento, investimento e cooperação federativa. A implementação da ampliação da Educação Integral necessita, portanto, de:

- Planejamento a longo prazo, prevendo as mudanças no perfil demográfico do país e os impactos dessas transformações na educação.
- Condições de trabalho para todos os profissionais da educação, com um olhar especial para os docentes e professores em dedicação integral a uma única escola, facilitando vínculos entre os docentes e seus estudantes, possibilitando o trabalho colaborativo e a formação entre pares.
- Infraestrutura escolar adequada às especificidades de cada etapa educacional e aos desafios climáticos e naturais, com atenção especial aos territórios mais afetados pelas mudanças no clima. Propiciando, desse modo, espaços seguros e inclusivos, garantindo ambientes de qualidade para aprendizagem, como bibliotecas, laboratórios, espaços de criação, cuidado, invenção, refeitórios, para prática desportiva, ateliês, oficinas e ambientes de acolhimento, convivência, brincadeiras e decompressão.
- Gestão sustentável, com modelos e mecanismos estáveis de financiamento que tornem a jornada ampliada viável mesmo para municípios pequenos e redes em transição.
- Formação docente e propostas curriculares que conectem os saberes escolares às realidades e potenciais de cada território; às interações e brincadeiras de maneira contextualizada; às demandas contemporâneas de cidadania, das tecnologias digitais e da inteligência artificial, da arte e da cultura e do mundo do trabalho, e a uma nova relação ética com a natureza, inclusive em espaços urbanos.
- Processos contínuos de escuta e engajamento de estudantes, famílias, profissionais da educação e comunidade, tornando-os co-autores do planejamento, da implementação e da avaliação das políticas de Educação Integral.
- Articulação intersetorial na gestão, com protocolos e papéis bem definidos, que amplifique a experiência escolar e de aprendizagem, não só levando as crianças, adolescentes e jovens para outros espaços de fruição e vivência mas também trazendo esses espaços e vivências para dentro dela, integrados ao currículo.
- Investimento em uma nova geração de indicadores, instrumentos e sistemas contínuos de avaliação diagnóstica e formativa, que apoiem na garantia do direito à educação e consigam endereçar mais a profundidade e diversidade das aprendizagens às quais a Educação Integral se propõe, sempre considerando as demandas, os aprendizados e

as especificidades e as expectativas de aprendizagem, da Educação Infantil ao Ensino Médio, além da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

- Análises do custo e busca por eficiência para implementação da Educação Integral em tempo integral, tendo em vista os objetivos da política, considerando as necessidades da escola e dos estudantes, a redução das desigualdades e as adaptações necessárias aos variados contextos sociais e ambientais e às diferentes demandas de cada etapa de ensino, garantindo condições de oferta, infra-estrutura e atendimento com qualidade, da Educação Infantil ao Ensino Médio, além da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- Produção de conhecimento no campo da implementação de políticas de Educação Integral a partir de pesquisas e avaliações, em especial em etapas menos estudadas no Brasil, como a Educação Infantil, os anos finais do Ensino Fundamental e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

4. Educação Integral é também política de equidade

A Educação Integral, quando intencionalmente orientada por um currículo que promova o aprendizado com qualidade e o respeito à pluralidade, tem o poder de reduzir desigualdades estruturais e ampliar o pertencimento e o engajamento para crianças, adolescentes e jovens.

Esse compromisso deve se refletir tanto no currículo quanto nos critérios de planejamento e expansão do acesso, na formação de profissionais, nos materiais educativos, na gestão escolar e nos sistemas de avaliação. Igualmente relevantes são as políticas e investimentos intersetoriais voltados aos estudantes e comunidades em situação mais vulnerável e a mensuração de resultados por meio de indicadores nacionais.

Isso significa a garantia do acesso, da permanência e da aprendizagem com qualidade para todas as crianças e todos os estudantes, especialmente:

- aos que estão em situação de vulnerabilidade social;
- aos negros, indígenas e quilombolas;
- e aos que estão em contextos de exclusão de gênero ou deficiência.

Ao abrir-se ao mundo e valorizar os saberes que existem além dos espaços escolares, a própria escola se transforma em um ambiente de acolhimento e descoberta, que abraça e acolhe a expressão individual de cada criança, adolescente e jovem, ampliando seus horizontes, senso de pertencimento, projetos de vida e propósito.

Nesse movimento de promoção da equidade, consideramos que a aprendizagem pode ser significativamente ampliada e reforçada com estratégias de ensino mais diversificadas e eficazes quando o tempo integral soma-se aos campos de experiência e aos componentes curriculares, como a matemática.

No Ensino Médio, é preciso articular formação geral, projeto de vida e preparação para o mundo do trabalho tanto na oferta propedêutica quanto na educação profissional e tecnológica, cujo acesso integrado precisa ser ampliado, com qualidade, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE).

Os impulsos recentes à expansão da EPT - advindos da nova Política Nacional do Ensino Médio (PNAEM), da dupla matrícula do Fundeb e do Programa Juros por Educação - configuram uma oportunidade singular de agregar às propostas de Educação Integral no nível médio uma camada adicional capaz de reforçar, sob a lógica de conferir maior sentido e atratividade à experiência educativa, os próprios objetivos da formação integral. Não se trata de opor modelos, mas de articulá-los e potencializá-los mutuamente.

5. Uma agenda de futuro compartilhado

Reconhecemos os avanços do Brasil no acesso à Educação Básica, com quase 98% dos estudantes matriculados. O desafio que permanece é transformar esse acesso em aprendizagem adequada na idade certa, com trajetórias regulares e experiências educativas significativas, equitativas e com propósito.

E para quem está fora da escola? A Educação Integral precisa também trazer caminhos criativos para as crianças que ainda não estão atendidas pelas creches e pré-escolas e também para os cerca de 9,8 milhões de jovens de 15 a 29 anos que estão fora da escola e não concluíram a Educação Básica, quase 20% da população brasileira nessa faixa etária. A maioria quer voltar a estudar, mas precisa continuar trabalhando e deseja uma escola que os acolha e amplie horizontes. Para esses jovens, o tempo de vivências e aprendizagem profissional precisa ser considerado de forma articulada e flexível, para que eles de fato possam retomar e concluir seus estudos.

Para atender a essa demanda, vale propor políticas públicas que tenham como foco a Educação de Jovens e Adultos (EJA), inclusive com a possibilidade de Formação Profissional e Tecnológica, modalidade que tem sofrido precarização e redução de oferta, mesmo sendo uma opção para muitos jovens que foram excluídos do ensino regular.

A Educação Integral é o caminho mais consistente para formar sujeitos criativos, críticos e orientados pela alteridade, capazes de ler o mundo, transformá-lo e habitar o futuro com dignidade.

Por isso, acreditamos na força do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios articulados em mecanismos cooperativos previstos no Sistema Nacional de Educação (SNE), com a participação dos conselhos de educação, fóruns permanentes e conferências, o setor produtivo, a sociedade civil e também as universidades, com seu potencial para formar professores e gestores e estreitar relações com as escolas, por meio de projetos de extensão universitária e de cooperação. Unidos, todos esses atores podem fazer a Educação Integral em Tempo Integral deixar de ser exceção e se tornar política pública estruturante no país.

Não há desenvolvimento sustentável sem justiça educacional e não há justiça educacional sem tempo, cuidado e sentido.

6. Escola e seu território como espaços de encantamento

Defendemos uma escola que garanta experiências concretas de encontro, criatividade e cuidado, sempre em diálogo com o território e as pessoas que o habitam. A Educação Integral em Tempo Integral precisa fortalecer a interdependência entre crianças, adolescentes, jovens, famílias, professores, profissionais da educação e demais atores do território, afirmando uma ética relacional em que a convivência cotidiana se torna um exercício de cidadania e de civilidade.

Em um mundo atravessado pela mediação constante das telas e pela virtualização das relações e das aprendizagens, a escola precisa ser um lugar em que a experiência concreta do mundo é protegida e cultivada. Um espaço onde se olha nos olhos, se escuta com atenção, se constrói confiança e se aprende a conviver e cooperar. Sem abrir mão dos benefícios das tecnologias digitais para todos, e com um processo de ensino e aprendizagem que preza pelo uso crítico, ético e seguro das tecnologias, em que estudantes sejam cada vez mais criadores de tecnologias em vez de meros usuários. A escola é também o centro para fortalecer os vínculos pessoais, incentivar o encontro humano e ampliar as oportunidades por meio do maior contato entre as pessoas.

O tempo escolar precisa ser compatível com essa ambição. Jornadas de pelo menos sete horas diárias, organizadas de acordo com as realidades de cada rede e gestão, devem combinar interações e brincadeiras, estudo, arte, cultura, esporte, experimentação científica, invenção tecnológica, participação social e cuidado com a natureza em seu entorno.

A articulação intersetorial entre educação, assistência social, saúde, cultura, esporte, meio ambiente, trabalho e juventude, precisa sempre ter a escola como protagonista, visto ser ela o equipamento público de maior capilaridade no Brasil e com potencial para ser a catalisadora dos saberes do território.

Assim, os espaços escolares se tornam, de fato, espaços de experimentação, de invenção, de encantamento e de presença, em que crianças, adolescentes e jovens podem experimentar a potência de aprender juntos e de construir projetos de vida compartilhados.

7. Nosso compromisso

Como instituições do terceiro setor, reafirmamos nosso papel de colaborar com o poder público na produção de evidências, no apoio a práticas inovadoras, na troca de experiências e no fortalecimento de redes que tornem a Educação Integral uma realidade para todas as crianças, adolescentes e jovens brasileiros.

Educar integralmente é ampliar o tempo para aprender, brincar, inventar, sonhar e existir plenamente. Essa é a base de um projeto de país que acredita que cada hora e cada vida importa. Reafirmamos, ao mesmo tempo, a necessidade de agir com responsabilidade e urgência, reconhecendo o papel central do Estado brasileiro e das políticas públicas na garantia de uma educação de qualidade para todos com equidade.

Reconhecemos também que essa urgência com responsabilidade exige, mais do que em qualquer outro momento, uma ação articulada e ainda mais orgânica entre as instituições do terceiro setor, para que nossos princípios, nossa energia e nossa capacidade de apoiar a implementação de políticas educacionais permitam celebrar um país em toda a sua amplitude, pluralidade e força, com pessoas verdadeiramente valorizadas e incluídas.

Organizações participantes

- Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE)
- Todos Pela Educação
- Fundação CSN
- Fundação Iochpe
- Fundação Itaú
- Fundação Lemann
- Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
- Fundação Roberto Marinho
- Fundação Telefônica Vivo
- Fundação Tide Setubal
- Fundação Van Leer
- Instituto Alana
- Instituto Arte na Escola
- Instituto Natura
- Instituto Sonho Grande
- Instituto Unibanco

Referências

ANPEC (Associação Nacional dos Pós-Graduandos em Economia). Impacto do Programa de Ensino Integral de São Paulo sobre proficiência e fluxo escolar dos estudantes de Ensino Fundamental. Encontro ANPEC 2024. Disponível em: www.anpec.org.br/encontro/2024/submissao/files_1/i12-04a4c35b7bd8bb988f75f8e61d26f09a.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. Disponível em: download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educacao_Nova.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

EDUCAÇÃO INTEGRAL – EXPERIÊNCIAS INSPIRADORAS. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Educação, 2025. Disponível em: <https://experienciaseduintegral.com.br/>. Acesso em: 28 nov. 2025.


FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Cada hora importa: hora-atividade e Educação Integral**. São Paulo: Itaú Social, jun. 2022. Disponível em: www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2022/06/CadaHoraImporta.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Tendências para Educação Integral**. São Paulo: Itaú Social, maio 2018. Disponível em: www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2018/05/16-ed-integral_1510177343.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.


FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL; BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de alocação e distribuição de matrículas: eficiência e equidade na escola em tempo integral**. Brasília; São Paulo: MEC; Itaú Social. Disponível em: www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/guia-alocacao-distribuicao-matriculas-eficiencia-equidade.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.


GALVÃO, Fernando Vizotto. Efeitos do Programa Ensino Integral sobre o desempenho dos alunos no Saeb. **Estudo em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 34, 2023. Epub 29 dez. 2023. Disponível em: educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-68312023000100122&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 maio 2025. DOI: 10.18222/eaev34.9346.

GOIÁS (Estado). Secretaria de Educação. **Estudo sobre a trajetória dos egressos da rede estadual de ensino de Pernambuco**. Goiânia, ago. 2021. Disponível em: goias.gov.

br/educacao/wp-content/uploads/sites/40/2021/08/estudo-sobre-a-trajetoria-dos-egressos-da-rede-estadual-de-ensino-de-pernambuco-890.pdf . Acesso em: 25 jul. 2025.


BRASIL. Ministério da Educação. **Escola em tempo integral**. Brasília: MEC. Disponível em: www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral . Acesso em: 25 jul. 2025.


ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Perspectivas internacionais para o fortalecimento da resiliência e capacidade de resposta dos anos finais do Ensino Fundamental: diálogos com foco em políticas para o Brasil**. São Paulo: Fundação Itaú, 2024. 68 p. Disponível em: s3.sa-east-1.amazonaws.com/prd.editor.fundacaoitau.org.br/public/otherfile/294/file/a0ffd7e5e02ff7eaf234b63e19f64b55.pdf . Acesso em: 3 out. 2025.


PERNAMBUCO (Estado). Ginásio Pernambucano, referência em educação no Brasil, completa 198 anos. **Portal Educação Pernambuco**, Recife, 1 set. 2023. Disponível em: portal.educacao.pe.gov.br/ginasio-pernambucano-referencia-em-educacao-no-brasil-completa-198-anos/ . Acesso em: 25 jul. 2025.

RADINGER, Thomas; BOESKENS, Luka. **More Time at School: Lessons from case studies and research on extended school days**. *OECD Education Working Papers*, n. 252. Paris: OECD Publishing, 2021. DOI: 10.1787/1f50c70d-en.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Potenciais Educativos**. Disponível em: potenciaiseducativos.sme.prefeitura.sp.gov.br/ . Acesso em: 25 jul. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Sobre os CEUs (Centros Educacionais Unificados)**. Disponível em: ceu.sme.prefeitura.sp.gov.br/sobre/ . Acesso em: 25 jul. 2025.

SONHO GRANDE (Organização). **Avaliação de impacto do Programa Ensino Integral (PEI) nos anos finais do Ensino Fundamental – Secretaria da Educação do Estado de São Paulo**, maio 2024. Disponível em: sonhogrande.org/website/wp-content/uploads/2025/02/lepes-pei-fund-2-maio-2024.pdf . Acesso em: 25 jul. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Saiba o que é e como funciona o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. Disponível em: todospelaeducacao.org.br/noticias/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-plano-de-desenvolvimento-da-educacao/ . Acesso em: 25 jul. 2025.

WINNER, Ellen; GOLDSTEIN, Thalia R.; VINCENT-LANCRIN, Stéphan. **Art for Art's Sake? The Impact of Arts Education**. Paris: OECD Publishing, 2013. (Educational Research and Innovation). DOI: 10.1787/9789264180789-en.



